

Contabilidade Geral

Atualização monetária e Método da equivalência patrimonial.

Atualização Monetária

A resolução CFC nº 1.282/2010 revogou o texto da CFC nº 750/1993, fazendo com que o princípio da atualização monetária fosse incorporado ao princípio do registro pelo valor original, tornando-o uma variação do custo histórico.

Atualização Monetária

Vejamos parte da Resolução CFC 1.282/10 que versa sobre o assunto:

Art. 7º

II – Variação do custo histórico. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:

(...)

e) Atualização monetária. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

Atualização Monetária

§ 2º São resultantes da adoção da atualização monetária:

I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido; e

III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.”

Atualização Monetária

Atualização Monetária são os ajustes contábeis e financeiros, realizados com o intuito de demonstrar os preços de aquisição em moeda em circulação no país, em relação ao valor de outras moedas (ajuste cambial) ou índices de inflação ou cotação do mercado financeiro (atualização monetária propriamente dita).

Existe em função do fato de que a moeda – embora universalmente aceita como medida de valor – não representa unidade constante de poder aquisitivo. Por consequência, sua expressão formal deve ser ajustada, a fim de que permaneçam substantivamente corretos – isto é, segundo as transações originais – os valores dos componentes patrimoniais e, via de decorrência, o Patrimônio Líquido.

Atualização Monetária

Em Economia é também chamado de "Correção Monetária", ou seja, um ajuste feito periodicamente de certos valores na economia tendo em base o valor da inflação de um período, objetivando compensar a perda de valor da moeda.

Em termos de contabilidade tributária, a atualização monetária pode ser uma receita (denomina-se variação monetária ativa), ou uma despesa (variação monetária passiva).

Método da Equivalência Patrimonial

Método da equivalência patrimonial é o método de contabilização por meio do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e, a partir daí, é ajustado para refletir a alteração pós-aquisição na participação do investidor sobre os ativos líquidos da investida.

Este método consiste em atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária da sociedade investidora no patrimônio líquido da sociedade investida, e no reconhecimento dos seus efeitos na demonstração do resultado do exercício.

Método da Equivalência Patrimonial

A Lei 6.404/76, prevê o alcance do MEP.

Art. 248. No balanço patrimonial da companhia, os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Método da Equivalência Patrimonial

Deverá contabilizar esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial a entidade com o controle individual ou conjunto (compartilhado), ou com ***influência significativa*** sobre uma investida.

Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Método da Equivalência Patrimonial

Se o investidor mantém direta ou indiretamente, vinte por cento ou mais do poder de voto da investida, presume-se que ele tenha influência significativa.

A existência de influência significativa por investidor pode ser evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- (a) representação no conselho de administração ou na diretoria da investida;
- (b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições;
- (c) operações materiais entre o investidor e a investida;
- (d) intercâmbio de diretores ou gerentes;
- (e) fornecimento de informação técnica essencial.

Método da Equivalência Patrimonial

A entidade deve descontinuar o uso do método da equivalência patrimonial a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como coligada, controlada, ou como empreendimento controlado em conjunto, conforme a seguir orientado:

- (a) (eliminada);
- (b) se o interesse remanescente no investimento, antes qualificado como coligada, controlada, ou empreendimento controlado em conjunto, for um ativo financeiro, a entidade deve mensurá-lo ao valor justo.

Método da Equivalência Patrimonial

O valor justo do interesse remanescente deve ser considerado como seu valor justo no reconhecimento inicial tal qual um ativo financeiro, em consonância com o CPC 48. A entidade deve reconhecer na demonstração do resultado do período, como receita ou despesa, qualquer diferença entre:

- (i) o valor justo de qualquer interesse remanescente e qualquer contraprestação advinda da alienação de parte do interesse no investimento; e
- (ii) o valor contábil líquido de todo o investimento na data em que houve a descontinuidade do uso do método da equivalência patrimonial;

Método da Equivalência Patrimonial

(c) quando a entidade descontinuar o uso do método da equivalência patrimonial, deve contabilizar todos os montantes previamente reconhecidos em seu patrimônio líquido em rubrica de outros resultados abrangentes, e que estejam relacionados com o investimento objeto da mudança de mensuração contábil, na mesma base que seria requerido caso a investida tivesse diretamente se desfeito dos ativos e passivos relacionados.

Em síntese:

O *método de equivalência patrimonial*, também conhecido como MEP, é considerado em alguns critérios de investimento, podendo ser traduzido como *um ajuste de finanças que irá determinar os valores ideais de investimento em uma empresa ou instituição*. São aplicados em grupos de empresas ou quando uma instituição tem *grande participação* na sociedade.

Questões

**Atualização monetária e
Método da equivalência
patrimonial.**

1. Instituto Excelência - Pref Sarapuí/2015) São Princípios de Contabilidade, EXCETO:

- a) O da ENTIDADE;
- b) O da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA;
- c) O da CONTINUIDADE;
- d) O da PRUDÊNCIA.

Gabarito: B

2. IESES - GASBRASILIANO/2017) Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais. Estamos falando da:

- a) Correção a valor realizável.
- b) Inflação.
- c) Correção ao valor justo.
- d) Atualização monetária.

Gabarito: D

3. FEPSE - MPE SC/2014) Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F) sobre o atualização monetária.

- () Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis, e a atualização monetária representa nova avaliação.
- () Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores do câmbio monetário original, ou seja, da moeda do mundo exterior, se for o caso.
- () a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V – V – V
- b) V – F – V
- c) F – V – F
- d) F – F – V
- e) F – F – F

4. COVEST-COPSET - UFPE/2017) O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional e devem ser utilizadas bases de mensuração em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de duas formas: Custo Histórico e Variação do Custo Histórico. Com relação à forma de Variação do Custo Histórico, uma vez integrados ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:

- a) valor presente, valor fixo e atualização monetária.
- b) custo corrente, valor realizável, valor presente, atualização monetária e valor justo.
- c) custo corrente, valor presente e valor de custo
- d) valor realizável, valor fixo, valor justo.
- e) valor de custo, custo corrente, valor presente e valor justo.

Gabarito: B

5. INCAB - PC RO/2014) Os dispositivos da Resolução CFC nº 750/1993, que dispunha sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade, foram atualizados e consolidados por força da Resolução CFC nº 1.282. Tais procedimentos foram adotados com vistas a promover uma harmonização. O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional. Para a efetivação desse princípio, algumas bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas. Além disso, podem ocorrer variações do custo histórico, pois, uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes de diversos fatores. As variações do custo histórico são, exceto:

- a) valor presente.
- b) custo corrente.
- c) valor justo.
- d) atualização monetária.
- e) valor de caixa.

Gabarito: E



6. CEV UECE - Pref Sobral/2019) As participações em empresas sobre cuja administração se tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método do (a)

- a) atualização monetária.
- b) equivalência patrimonial.
- c) custo ou mercado.
- d) valor recuperável.

Gabarito: B

7. FADESP - UEPA/2020) Conforme a NBC TG 18 (R3), os investimentos em coligadas, empreendimentos controlados em conjuntos e em controladas, devem ser avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Acerca do método da equivalência patrimonial, é correto afirmar que

- a) a participação do investidor no lucro ou prejuízo do período da investida deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido do investidor.
- b) as distribuições recebidas da investida aumentam o valor contábil do investimento.
- c) ajustes no valor contábil do investimento não são necessários pelo reconhecimento da participação do investidor nas variações de saldo dos outros resultados abrangentes da investida.
- d) a entidade com o controle individual ou conjunto, ou com influência significativa sobre uma investida, deve contabilizar esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial.

Gabarito: D

8. VUNESP - Pref Itapevi/2019) Na auditoria de participações societárias permanentes, registradas no Ativo Não Circulante como Investimentos, entre os procedimentos listados a seguir, relacionados à aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP), quando esta é obrigatória, o único que deve ser considerado correto pelo auditor é:

- a) registro da participação da investidora no lucro da investida como receitas antecipadas, a serem classificadas no passivo circulante da investidora, mesmo que não tenha ocorrido venda de ativos entre as duas.
- b) exclusão do lucro da investida, decorrente da venda de ativos para a investidora, do valor da participação societária permanente, quando este lucro não for considerado realizado.
- c) recebimento de dividendos contabilizados como receita na investidora.
- d) avaliação, pelo MEP, de investimentos em sociedades que não sejam controladas ou coligadas da investidora.
- e) registro de mais-valia na contabilidade da investidora quando esta adquire ações da investida por um valor superior ao seu valor justo.

Gabarito: B



9. VUNESP - PAULIPREV/2018) As participações societárias permanentes, classificadas no subgrupo Investimentos do Ativo Não Circulante, são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial quando efetuadas

- a) em quaisquer tipos de sociedades.
- b) em todas as coligadas e controladas.
- c) nas controladas e nas coligadas em que a sociedade investidora tenha pelo menos 10% do capital social.
- d) em sociedades controladas, apenas.
- e) somente em controladas e coligadas domiciliadas no exterior.

Gabarito: B

10. VUNESP - Pref SBC/2018) O método de equivalência patrimonial é utilizado para

- a) equivaler o patrimônio da empresa investidora.
- b) avaliar estoques de uma coligada ao valor justo.
- c) reavaliar ativos de uma empresa.
- d) avaliar um investimento em uma empresa controlada.
- e) calcular o ganho ou perda na tradução de uma investida no exterior.

Gabarito: D

11. VUNESP - CM Olímpia/2018) O resultado de empresas investidas reconhecido pelo método de equivalência patrimonial deverá ser contabilizado

- a) em reserva especial do patrimônio líquido.
- b) no resultado abrangente do exercício em que o ativo financeiro for exercido.
- c) em investimentos de longo prazo, devido ao perfil do ativo financeiro.
- d) em contas de compensação até o vencimento efetivo do ativo financeiro, quando por direito se exerce o ganho ou perda.
- e) na demonstração do resultado do período.

Gabarito: E

- 12. VUNESP - IPRESB/2017)** De acordo com as normas contábeis brasileiras vigentes atualmente, devem ser avaliados obrigatoriamente pelo método da equivalência patrimonial:
- a) todos os investimentos temporários e permanentes.
 - b) todos os investimentos permanentes.
 - c) todos os investimentos permanentes em coligadas e controladas.
 - d) somente os investimentos relevantes em controladas.
 - e) somente os investimentos relevantes em sociedades coligadas.

Gabarito: C

13. CEBRASPE (CESPE) - FUNPRESP/2016 Julgue o item a seguir, no que se refere a demonstrações contábeis.

Os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial devem figurar no ativo circulante do balanço patrimonial, em razão da alta liquidez que possuem.

Certo

Errado

Gabarito: Errado

14. CONSULPLAN - CFC/2º Exame de Suficiência/2019) Analise as afirmativas a seguir.

- No exercício social de 20X3, a Companhia Beta S.A. apresentou lucro líquido de R\$ 280.000,00. Parte desse lucro líquido, ou seja, 37,5%, foi obtido por meio de uma operação de venda de mercadorias para a Companhia Alfa S.A. No encerramento do exercício social de 20X3, todas as mercadorias adquiridas nessa operação de venda ainda constavam no estoque da Companhia Alfa S.A.
- A Companhia Alfa S.A. detém 25% de participação no capital social da Companhia Beta S.A., sendo este o único investimento da Companhia Alfa S.A. em outras sociedades. Com essa participação, a Companhia Alfa S.A. exerce influência significativa sobre a Companhia Beta S.A., mesmo sem controlá-la.
- A Companhia Alfa S.A. não é controlada (individualmente ou em conjunto) e não sofre influência significativa de outras companhias.

Considerando as informações apresentadas e o que dispõe a Norma Brasileira de Contabilidade ITG 09 (R1) – Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial, no encerramento de 20X3, pode-se afirmar que:

- a) O Lucro Líquido Ajustado para fins de equivalência patrimonial é R\$ 210.000,00 e o Resultado da Equivalência Patrimonial é R\$ 78.750,00.
- b) O Lucro Líquido Ajustado para fins de equivalência patrimonial é R\$ 175.000,00 e o Resultado da Equivalência Patrimonial é R\$ 70.000,00.
- c) O Lucro Líquido Ajustado para fins de equivalência patrimonial é R\$ 210.000,00 e o Resultado da Equivalência Patrimonial é R\$ 52.500,00.
- d) O Lucro Líquido Ajustado para fins de equivalência patrimonial é R\$ 175.000,00 e o Resultado da Equivalência Patrimonial é R\$ 43.750,00.

15. FCC - ALESE/2018) A tabela a seguir apresenta as participações societárias que a Cia. Investe em Tudo detém das empresas investidas, Cias. A, B e C, bem como o resultado líquido que cada uma destas empresas investidas apurou em 2017, em reais:

Cia.	Relação das investidas com a Cia. Investe em Tudo	Percentual de participação no Capital Total de cada investida	Resultado das investidas no ano de 2017
A	Coligada	40%	200.000,00
B	Controlada	60%	(400.000,00)
C	Sem influência significativa	5%	100.000,00

As Cias. A, B e C possuíam apenas ações ordinárias e não existiam resultados não realizados entre a Cia. Investe em Tudo e suas investidas.

Com base nestas informações, o Resultado de Equivalência Patrimonial apurado pela Cia. Investe em Tudo, em 2017, foi, em reais,

- a) 80.000,00 positivo.
- b) 160.000,00 negativo.
- c) 155.000,00 negativo.
- d) 320.000,00 positivo.
- e) 85.000,00 positivo.

Gabarito: B

